

A ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO PARA DEFICIENTES VISUAIS E AUDITIVOS

Adriana Peres Almeida Santos

Braulio Carli

Priscila Fiorelli Cano¹

Resumo

A comunicação é essencial na vida das pessoas porque é através de seus diversos códigos que os indivíduos se relacionam a fim de alcançarem o que buscam. As pessoas que não ouvem e/ou não falam possuem formas distintas das que os ouvintes usam para se comunicarem. Para integrar estas pessoas à sociedade atual, que cada vez mais exige das pessoas a percepção de tudo que as rodeia, criam-se tentativas simplistas de resolver a barreira existente entre a diversidade de códigos. Estas diferenças, por sua vez, são complexas e não são solucionadas somente com o desenvolvimento de equipamentos especializados para pessoas surdas e/ou mudas. Toda a reflexão feita neste artigo teve como finalidade esclarecer um pouco essa complexidade e trazer a tona uma questão importantíssima por vezes esquecida.

Palavras-chave: *acessibilidade, informação, comunicação, teoria da comunicação*

Introdução

A comunicação é inerente à vida humana e vem sofrendo modificações desde os primeiros indivíduos. Essas modificações acompanham o desenvolvimento das sociedades, e na medida em que estas vão se tornando mais complexas, os mecanismos comunicacionais têm que se adaptar, tornando a informação cada vez mais acessível.

¹ Alunos do 2º Ano do curso de Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Entretanto, as informações não alcançam todas as pessoas como deveriam. Existem ainda problemas na transmissão de mensagens, seja porque as mídias não são muito eficientes ou mesmo porque não há interesse em atingir determinados públicos.

Toda a evolução citada nos parágrafos acima, não condiz, muitas vezes, com o que vivenciamos. Por exemplo, quando consideramos a comunicação voltada para os deficientes auditivos e percebemos que é recente a preocupação de criar uma comunicação voltada para esse público, bem como disseminar os meios que já existem.

A comunicação voltada para pessoas com deficiência visual e auditiva

Informação, mensagem, comunicação são palavras conhecidas e entendidas pela maioria das pessoas. As empresas publicitárias e redações trabalham sem parar para se fazer entender, passando mensagens em formatos voltados a determinados públicos que querem atingir. Mas na grande maioria quem são essas pessoas? Qual a real preocupação em fazer com que a mensagem alcance e seja entendida por todos os públicos?

As identidades culturais dos públicos que antes podiam ser distinguidas de acordo com a classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, hoje já são inviáveis. Em uma mesma etnia temos uma diversidade que deve ser percebida. Estas fragmentações de identidade ocorrem devido à globalização, que disponibiliza aos indivíduos informações sobre diferentes formas de compreender o mundo. Segundo Stuart Hall, esta sociedade fragmentada é característica da pós-modernidade, pois na modernidade, as pessoas tinham uma identidade bem definida e localizada no mundo social e cultural.

Mesmo hoje em dia, e a preocupação com as questões sociais, tem aumentado e se tornado mais presente na realidade do país, há ainda uma deficiência na comunicação com pessoas que possuem alguma deficiência visual ou auditiva. Este é um público por muitas vezes esquecido ou subjugado. Analisando esta situação, nota-se que a fragmentação da sociedade passa a ser tão acentuada que ocorre a tendência à aproximação das pessoas com características em comum. No caso dos surdos e mudos, ao invés de os ouvintes aprenderem a linguagem dos que não ouvem e/ou não falam, ocorre uma restrição de comunicação entre estes dois grupos e, conseqüentemente, um menor relacionamento entre estes. O ensino especial, por exemplo, aparece como barreira de integração.

É notória a falta de integração da sociedade em relação aos que escutam e aos que não escutam, por exemplo. Tornou-se parte do ensino básico a aprendizagem do idioma

inglês e agora está se tornando parte da grade curricular escolar a aprendizagem do idioma espanhol, enquanto o ensino de Libras ainda não faz parte do currículo escolar básico. Precisamos nos desenvolver para conversar com pessoas de outros países, então porque não se coloca como essencial para a formação de um cidadão a habilidade em se comunicar com as pessoas que não ouvem?

Segundo o Censo 2000, no Brasil existiam 148 mil pessoas cegas e 2,4 milhões com grande dificuldade de enxergar. O número de surdos no Brasil era de 166.400. Além disso, cerca de 900 mil pessoas declararam ter grande dificuldade permanente de ouvir. Com esses dados nota-se que, para nos denominarmos como país acessível e com oportunidades a todos, precisamos nos desenvolver quanto à acessibilidade das pessoas se comunicarem, independentemente da situação física das mesmas.

É fundamental que cada um olhe o outro como a si mesmo, colocando-se no lugar e agindo da forma mais adequada. Os ouvintes, quando se comunicam com pessoas surdas deve interpretar a LIBRAS como uma das linguagens essenciais para a comunicação, e não achar que é uma linguagem secundária, afinal ela é a primeira língua de mais de 166.400 pessoas, só no Brasil.

Fundações trabalham assiduamente para a integração social do cego na sociedade, como é o caso da Fundação Dorina Nowill, em São Paulo. Na área de acesso à comunicação, trabalha na divulgação de livros em sistema braile, além de contar com fitas gravadas. A fundação possui profissionais que oferecem consultoria às empresas para a adequação de seus materiais, impressos e virtuais, para serem usados por deficientes visuais. Além disso, a consultoria abrange a área de orientação profissional e recrutamento, onde é passado ao setor de RH da empresa o que deve ser analisado e alterado no espaço de trabalho para que uma pessoa cega possa trabalhar ali.

Acesso à educação

Para que haja acessibilidade a qualquer tipo de informação, é muito importante que seja respeitado, primeiramente, o direito de cada indivíduo de ter uma formação educacional. Ou seja, uma das preocupações mais importantes deve se concentrar no acesso à educação como prioridade frente a qualquer tipo de informação.

O próprio Estado tem se preocupado com estas questões e tenta, por meio de leis, alcançar uma maior facilidade na obtenção de um diploma escolar. Desde a composição

de nossa Constituição Federativa já se pode encontrar artigos que garantam o direito à educação aos deficientes, como no artigo 208 do Capítulo III, em que se escreve: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

E pode-se notar, também, a existência de atos administrativos mais pontuais, como a Portaria n.º 1.679 de 2 de dezembro de 1999, em que o Ministro de Estado da Educação, avaliando o apontado na Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, e na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto n.º 2.306, de 19 de agosto de 1997, pontua algumas necessidades que devem ser supridas para que o deficiente físico e sensorial possa ser integrado às instituições educacionais. Segue abaixo alguns parágrafos desta portaria:

Art. 2º. A Secretaria de Educação Superior deste Ministério, com o apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabelecerá os requisitos tendo como referência à Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

Parágrafo único. Os requisitos estabelecidos na forma do *caput*, deverão contemplar, no mínimo:

b) para alunos com deficiência visual

Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- máquina de datilografia braille, impressora braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
- gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de audio;
- software de ampliação de tela do computador;
- equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- lupas, réguas de leitura;
- scanner acoplado a computador;
- plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos
- em braille.

c) para alunos com deficiência auditiva

Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- quando necessário, intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita (para uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
- materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos.

A necessidade de mecanismos diferentes para que toda informação, seja escolar ou não, possa ser alcançada por deficientes sensoriais é nítida e pouco precisa ser explicada. O cego, por exemplo, necessita muita mais da comunicação verbal banhada por um aspecto descritivo em comparação a um deficiente auditivo, que constrói o seu discurso através de uma comunicação quase puramente gestual. Baseado nestas características, muitas ferramentas foram criadas para que pudesse haver uma maior integração e envolvimento de deficientes na sociedade.

No entanto, a Legislação pouco corresponde ao que se passa na realidade. Os indivíduos cegos ou surdos podem até experimentar estudar em uma escola regular, mas devido à escassez de ferramentas para a inclusão integral do aluno com essas dificuldades, este acaba procurando uma escola especializada para pessoas cegas ou surdas.

E-acessibilidade

Ao falarmos de *internet*, por exemplo, já podemos encontrar muitas medidas tomadas para garantir maior acessibilidade para os deficientes.

A obtenção da acessibilidade digital requer a eliminação de barreiras de modo a garantir o acesso físico e a disponibilidade de comunicação; torna-se necessário que o software e o hardware estejam integrados, com equipamentos e programas adequados, de forma a não impedir o acesso de nenhum usuário ao conteúdo e

viabilizar a apresentação da informação em formatos alternativos (SALES, 2003; MODELO, 2005; apud. Ferreira et al., 1997)

Para tanto, em dezembro de 2004, um decreto-lei que regulamentava as leis anteriores previa para um prazo de doze meses que todo portal ou *site* eletrônico da administração pública, de interesse público ou financiado pelo governo, fosse acessível a qualquer portador de deficiência visual. Criou-se um Comitê da ABNT responsável por confrontar as regras de acessibilidade de outros países e em decorrência disso, obteve-se um Modelo de Acessibilidade Brasileira (eMAG) que padroniza a acessibilidade dos sites.

Seguindo estes padrões, pode-se citar um erro encontrado nos formulários a serem preenchidos em sites: o indício de campos cujo preenchimento é indispensável com fontes ou cores diferentes. Uma opção seria usar um asterisco, porém, os deficientes visuais geralmente desabilitam a pontuação dos leitores de tela. Portanto, seria recomendável o uso de alguma letra que simbolizasse a obrigatoriedade de se preencher a caixa de edição.

Ao acessar uma página na Web, um usuário com visão usa um navegador - software que lê e interpreta o código HTML e o exibe já formatado para o usuário. Já o acesso de uma pessoa portadora de deficiência visual, acentuada ou total, à informação na Internet, precisa ser feito através de uma tecnologia de apoio que consiste de softwares denominados "*leitores de tela*" (*screen readers*), que são associados a outros programas chamados de *sintetizadores de voz* (FERREIRA, 2005; QUEIROZ, 2003 apud. Ferraira et. al, 1997).

Em resumo, os leitores de tela detêm e decodificam o que é exibido pela tela do computador e em seguida, por meio dos sintetizadores de voz, transmitem a informação pela forma sonora. No entanto, alguns códigos, como mudança de cor ou fonte, não são percebidos pelos leitores. Por isso, as diretrizes do eMAG devem ser respeitadas para que todos os sites possam se adequar e assim, serem acessados por qualquer pessoa. E para facilitar essa adequação, alguns estudos, como trabalhos efetuados no Instituto Benjamin Constant e com outros deficientes visuais por Ferreira et. al (2007), que oferecem diretrizes de usabilidade, como: percepção da informação, navegação e entrada de dados; mostrados na figura a seguir.

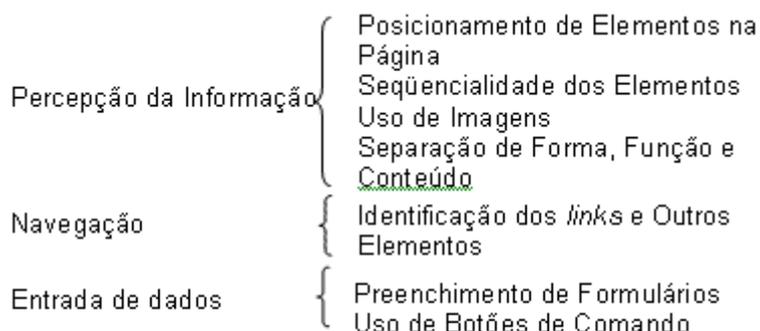


Figura1: Diretrizes de usabilidade em conformidade com as de acessibilidade

Fonte: <http://www.unirio.br/morpheusonline/numero10-2007/simonebacellar.htm>

Existem outras ferramentas cibernéticas também criadas para suprir as necessidades dos deficientes auditivos. Pois, uma vez que possuem dificuldade para formular a mensagem e a estrutura de frases por meio da linguagem escrita, foram desenvolvidos programas que possibilitam escrever por meio de símbolos, os quais são cópias dos gestos reproduzidos pelos surdos para se comunicarem em sua língua primária: LIBRAS. Estes programas se baseiam nos mecanismos dos *chats* ou *messengers*, *softwares* que possibilitam a conversa instantânea entre duas pessoas.

No entanto, estamos falando apenas de ferramentas desenvolvidas para os deficientes auditivos e visuais que pouco são implantadas. É difícil encontrar sites totalmente acessíveis ou softwares que possibilitem o uso de libras como linguagem. Apesar de toda preocupação que existe, a eficácia destes produtos acaba sendo prejudicada, pois o problema é encarado de forma muito funcionalista. Desenvolve-se uma ferramenta para aqueles que precisam dela, porém, não há uma conscientização ou inserção daqueles que se consideram “normais” no mundo daqueles não enxergam ou não ouvem. A valorização destes tipos de ferramentas que possibilitam a inserção social dos cegos e surdos só viria por meio do entendimento de suas necessidades.

Considerações Finais

Pode-se perceber que a abordagem utilizada para tratar da comunicação com os deficientes auditivos e visuais está permeada pelos conceitos positivistas, com grande influência do funcionalismo. Pois, vê-se este tratamento muito baseado em pensamentos

objetivos e concretos, impregnados pelo racionalismo científico. O problema da acessibilidade à informação para aqueles que têm deficiências tem sido tratado muito isolado dos fenômenos sociais. Faz-se uma análise biológica das suas dificuldades e necessidades, e enfim, sem a consideração verdadeira das influências culturais ou inserção efetiva na sociedade, elabora-se um diagnóstico e em seguida uma ferramenta que possa suprir algum tipo de deficiência, como aparelho auditivo, por exemplo. Mesmo que todas as tecnologias criadas para suprir as necessidades destes sejam banhadas por uma falsa ideologia de inclusão social, isto não está sendo tratado com o foco nas relações sociais e sim na solução de problemas pontuais.

O problema não está no desenvolvimento dessas ferramentas que supram algumas deficiências. Na verdade, estas são essenciais para a maior acessibilidade da informação. No entanto, não basta focar no problema de uma maneira positivista, como se toda realidade estivesse presente naquilo que se vê estático. É necessário conhecer o que se estuda e, principalmente, conhecer como se deu toda sua construção sociocultural. Por que, então, não inserir o ensino de LIBRAS e BRAILLE no ensino regular básico? Assim, haveria maior possibilidade de verdadeira inserção social, comparando-se com o que é feito atualmente: entrega de tecnologias que supram deficiências genéticas. Pois estaríamos preocupados em fazer aqueles que enxergam e ouvem, se colocarem frente ao que o surdo e o cego precisam apreender para poderem se comunicar.

A visão funcionalista para diagnóstico e desenvolvimento de ferramentas como os softwares, sites acessíveis, aparelhos de surdez, entre outros, é de grande importância. Porém, não basta mais analisar este problema de fora. É preciso mergulhar em sua complexidade e conhecer as necessidades culturais e sociais, que superam àquelas biológicas, para enfim poder chegar a conclusões que levem a uma verdadeira inserção social.

Em oposição a essa visão Positivista, tem-se a “Complexidade” de Edgar Morin, onde se fala na interdisciplinaridade das coisas e na necessidade de avaliar os acontecimentos de forma abrangente, considerando as particularidades. Muito do que se faz hoje são tentativas simples de solucionar problemas complexos. Não se pode ter uma visão simplista de que somente fornecer as ferramentas para que os indivíduos tentem se encaixar na sociedade seja suficiente, mas sim criar uma realidade capaz de absorver as pessoas com necessidades especiais. Acreditar, que um aparelho de surdez, por exemplo, será responsável por resolver todos os problemas é ignorar a complexidade dos fatos.

A forma como as pessoas com necessidades especiais enxergam a realidade, como elas se sentem em relação à sociedade, como elas lidam com as questões do dia-a-dia, como recebem informações, mensagens, como se comunicam em ambientes diferentes e novos são questões que devem ser consideradas. E estas questões por sua vez não podem estar dissociadas à realidade social, desfragmentadas do todo.

A incapacidade de conceber a complexidade da realidade antropossocial, em sua microdimensão (o ser individual) e em sua macrodimensão (o conjunto da humanidade planetária), conduz a infinitas tragédias e nos conduz à tragédia suprema. (MORIN, Edgar- "Introdução ao pensamento complexo").

Há a necessidade de novas pesquisas, de aprofundamento a aplicação de princípios que considerem o todo. Assim como qualquer outro indivíduo, as pessoas com necessidades especiais sentem, se comunicam, se expressam e possuem uma realidade única. E essa realidade única deve ser tratada e considerada como parte integrante e indispensável no bom funcionamento social. Afinal, a sociedade é formada por todas as pessoas que fazem parte dela não podendo, ao contrário do que acontece, ser deixado de lado qualquer indivíduo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Censo Demográfico 2000. Disponível em:** <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtm>. Acessado em 14/10/2010 às 14:20.
- FERNANDEZ, Andréa Ferraz. "**Acesso a Jornais Eletrônicos: Uma Viabilidade para Cegos**". Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo. 1v. 86p. 1999.
- FERREIRA, Simone Bacellar Leal; CHAUVEL, Marie Agnes; FERREIRA, Marcos Gurgel do Amaral Leal. **E-Acessibilidade: Tornando Visível o Invisível**. In: XXX ENANPAD, 2006. Disponível em: <http://www.unirio.br/morpheusonline/numero10-2007/simonebacellar.htm>
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1999.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução do francês Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- PERLIN, Gladis; QUADROS, Ronice Müller de. **Ouvinte: o outro do ser surdo**. In: QUADROS, Ronice Müller de (org). Estudos Surdos I. Petrópolis-RJ: 2006. Disponível em: <http://arquivo.fmu.br/eaa/estudossurdosIparteA.pdf> >. Acessado em: 17/10/2010 às 17:10.